

Agricultura Familiar: elementos teóricos de abordagem

Marcos Aurelio Saquet¹

Resumo: Procuramos mostrar elementos, e momentos, de abordagem da alienação do trabalho agrícola familiar. Na agricultura familiar, produz-se gêneros de subsistência, e produtos com valor de troca. São unidades de produção e de consumo, onde os produtores diretos se apropriam apenas de uma parcela do que produzem. É na dinâmica de mercado que os agricultores familiares alienam trabalho para estranhos.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Capital; Subordinação e Exploração.

Em virtude da amplitude e complexidade do tema, comentaremos nesta reflexão teórica sobre a agricultura familiar, apenas os aspectos que consideramos mais relevantes como ponto de partida de um processo investigatório². Procuramos, na medida do possível, trilhar pelos caminhos do materialismo histórico e dialético como método de pesquisa e interpretação. Destacamos alguns autores e estudos que abordam a temática em questão, como Alexander CHAYANOV em *La organización de la unidad económica campesina*; José de Souza MARTINS em *Os camponeses e a política no Brasil*, sobretudo o Capítulo sobre *a sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela Reforma Agrária*; Samir AMIN e Kostas VERGOPOULOS, em *A questão agrária e o capitalismo*; e José Vicente TAVARES DOS SANTOS, com seu *Colonos do vinho*; Outrossim, relacionamos uma Bibliografia que consideramos básica na abordagem da agricultura familiar.

¹ Prof. Ms. no Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão/PR - FACIBEL.

² Não nos propomos aqui a elaborar um referencial teórico "afinado", muito menos a esgotar a temática em questão. Apresentamos sim, algumas considerações gerais que envolvem a agricultura familiar.

A economia campesina³ para Marx, é uma economia mercantil. Eles vendem parte do que produzem para comprar os produtos que não produzem, para garantir diretamente suas necessidades biológicas e a re-produção do processo produtivo. No entanto, as transações do camponês não são mediadas por um preço de mercado que cubra os custos de produção. “Deste modo sempre uma parte do trabalho excedente é cedido gratuitamente à sociedade” (Archetti, 1974, p. 12). São as unidades de exploração familiar segundo Chayanov, produtoras de gêneros de subsistência e de mercadorias, articuladas a um sistema econômico através do crédito e da própria circulação de mercadorias. É a transferência, via mecanismo de preços diferenciados praticado no mercado, do trabalho excedente agrícola à classe hegemônica, proeminentemente urbano-industrial⁴.

Para Chayanov (1974), o trabalho do camponês busca sua própria sobrevivência, e a sobrevivência dos membros de sua família. O objetivo da unidade econômica campesina portanto, não é o lucro, como acontece em atividades especificamente capitalistas. As motivações são diferentes, afirma Chayanov.

Segundo Shanin (1989), a teoria de Chayanov parte do princípio de que em uma mesma sociedade não existe apenas um Modo de Produção, mas uma multiplicidade de Modos de Produções interdependentes, e, de que o campesinato é um grupo específico devido à especificidade de sua economia.

O cerne da teoria Chayanoviana (1974) é a relação entre o consumo familiar e a exploração da força de trabalho, também familiar. Para este autor, o estudo do trabalho da família e dos elementos que a compõem são fundamentais para a compreensão da produção camponesa. Ele aborda unidades econômicas campesinas que não contratam força de trabalho exterior -sem trabalho assalariado-, e que são proprietários da terra e dos demais meios de produção. Sua hipótese básica está centrada na simples remuneração que os produtores imediatos recebem no final de um ano agrícola, ou seja, na autoexploração a partir da intensificação da produção para poder sobreviver. É o aumento forçado da intensidade do trabalho, afirma Chayanov.

E esta intensificação, para nós, se dá “dentro” do processo de expansão e re-produção do Modo Capitalista de Produção.

Para Vergopoulos (1986):

“(...) a agricultura camponesa constitui, (...) não um resíduo pré-capita-

³ Não discutiremos aqui os conceitos de “camponês” ou “campesinato” versus “agricultor familiar” ou “agricultura familiar”. O que não significa que não julgamos essa conceituação também importante, como ponto de partida. Os usaremos como sinônimos. A agricultura familiar é por nós entendida como aquela consubstanciada por unidades de produção agrícola com trabalho familiar, proprietários, com baixo grau tecnológico, e sem produção intensiva para o mercado.

⁴ O MPC não circunscreve-se apenas à atividades especificamente capitalistas. Ele envolve e subordina, também, atividades produtivas não especificamente capitalistas, como a exploração agrícola familiar.

lista, mas uma forma recriada pelo capitalismo moderno, a ele articulando-se de modo exemplar. A agricultura camponesa atual não constitui uma esfera não-capitalista. Ela apresenta, simplesmente, o insólito aspecto de um capitalismo sem capitalistas" (p.159).

Devido à incessante articulação e subordinação do produtor agrícola ao MPC, segundo Vergopoulos (1986), os camponeses devem ser considerados como *assalariados por empreitada ou residentes* não de um padrão específico, mas do conjunto da sociedade capitalista. É a socialização, digamos, do sobretrabalho agrícola, em detrimento do trabalhador imediato.

Segundo Vergopoulos ainda, a agricultura camponesa está longe do desaparecimento porque o capital e o Estado, interagidos, criam incessantemente as condições para sua re-produção, biológica e social. Os maiores capitalistas, conforme este autor, são externos à produção imediata: o Estado, o capital financeiro, e os comerciantes intermediários. O Estado, por exemplo, mesmo mantendo os produtores agrícolas como proprietários, se utiliza de diferentes mecanismos para garantir a transferência do trabalho excedente agrícola para setores e lugares não-agrícolas. Contraditoriamente, a subordinação do pequeno produtor agrícola mercantil e familiar ao Modo de Produção Capitalista é assegurada pela maior intensidade do trabalho de sua família, e por agentes externos à produção em-si.

Se a agricultura familiar não é exterminada é porque gera trabalho excedente e matérias-primas a baixos preços ao sistema dominante. "(...) o MPC industrial recupera a quase totalidade do sobretrabalho agrícola, não lhe deixando senão o equivalente para a reprodução das forças de trabalho camponesas (...)" (Vergopoulos, 1986, p.113). E esta *recuperação* acontece na circulação e na comunicação de mercadorias.

Amin (1986), ao analisar a submissão da agricultura ao capital, afirma que o mecanismo de preços diferenciados praticado no mercado em detrimento dos preços dos produtos agrícolas, é a principal condição para esvaziar o conteúdo da propriedade camponesa. Isto, porque não permite a realização da renda fundiária em prol do proprietário e produtor direto. Dominado, o produtor agrícola familiar é desprovido do controle real de seus meios de produção. No dizer de Amin,

"um camponês reduzido a esta condição é um semiproletário: proletário, porque é subordinado à dominação do capital que o explora e tira dele a mais-valia; semiproletário, porque conserva a aparência de um produtor mercantil livre" (Ibid, p.38).

É na circulação que se dá a apropriação do trabalho excedente. A circulação é o elo de articulação, e de comunicação, da agricultura familiar, e dos produtores, ao Modo Capitalista de Produção. É na circulação que o MPC integra à sua reprodução ampliada todo tipo de renda.

Quanto mais o produtor agrícola familiar consumir produtos industrializados como os insumos, por exemplo, mais terá que produzir e mais sobretrabalho terá que entregar aos agentes sociais realizadores e aos fabricantes daquelas mercadorias. Contraditoriamente, a intensificação do trabalho agrícola familiar, nesta situação, significa maior exploração e empobrecimento relativo. A unidade de produção familiar, é também unidade de consumo.

Mas a "coisa" não pára aí. Quando o agricultor precisa apelar aos financiamentos agrícolas para concretizar o ciclo produtivo, a situação se agrava ainda mais: "o crédito e as dívidas constituem, na realidade, o mecanismo *que faz trabalhar* ainda mais os membros da célula familiar" (Vergopoulos, 1986, p.119). O pagamento de juros aos banqueiros é transferência gratuita de renda, porque ao saldar as dívidas junto aos bancos, o produtor agrícola entrega em forma de dinheiro o resultado de seu trabalho e do trabalho dos membros de sua família acrescido de juros. O produtor familiar não se apropria do sobretrabalho de outros, mas apenas de uma pequena parcela do resultado de *seu próprio trabalho*, entregando o restante à pessoas ou empresas que sequer se aproximam da produção imediata.

No caso específico dos camponeses do Sul do Brasil, reproduzidos pela própria dinâmica contraditória de desenvolvimento e re-produção capitalista, destacamos Tavares do Santos (1978). Sucintamente, ele afirma que se a família camponesa não recebe por sua força de trabalho dispendida na produção um rendimento monetário satisfatório, que cubra o dispêndio familiar, é porque existe uma transferência do sobretrabalho agrícola ao conjunto da sociedade capitalista. Para este autor, é o aumento do tempo de trabalho da família camponesa que produz o trabalho excedente.

É a participação maior, no ciclo produtivo, do trabalho vivo do que do trabalho morto, e, como uma fração do trabalho incorporado ao resultado da produção imediata é trabalho pago, e a outra parte é trabalho não pago,

"(...) no momento em que a mercadoria produzida pelo camponês realiza-se no mercado, apenas uma parcela do valor gerado pelo trabalho do camponês retorna a este sob a forma de dinheiro. Acontece que o valor extraordinário cristalizado no produto do camponês, (...) converte-se em um sobretrabalho que será apropriado pelo capital industrial" (Ibid, p.130).

Neste momento, acreditamos ser importante destacar, por um lado, que o resultado da produção agrícola não *realiza-se no mercado*, mas que é realizado por agentes sociais intermediários, na circulação. Por outro, que não são apenas os representantes, ou as personificações, do capital industrial que se apropriam de parte do mais trabalho agrícola, mas também os agentes intermediários representantes do capital comercial, e do capital financeiro nos casos onde efetivam-se os financiamentos agrícolas, por exemplo, como já mencionamos. O capital é um só, mas pensamos ser importante especificar as diferentes formas que ele assume no movimento geral de re-produção da sociedade capitalista.

Ainda no que diz respeito a expansão do Modo de Produção Capitalista no espaço agrário Sul brasileiro, há de se destacar o fortalecimento do cooperativismo empresarial⁵. Produto da expansão capitalista, o cooperativismo agrícola, ao mesmo tempo, é condição da re-produção ampliada do capital através da re-venda dos insumos, máquinas e implementos agrícolas aos agricultores; dos financiamentos; e da re-venda dos produtos agrícolas.

Neste movimento, ou movimentos sócio-espaciais, as inovações técnicas e a integração da atividade agrícola ao Modo Capitalista de Produção, foram:

"(...) induzidas pelas necessidades econômico-produtivas do capitalismo industrial urbano e coordenadas, viabilizadas pela intervenção do Estado e complementadas e mediatizadas pelas cooperativas agrícolas" (Coradini, 1982, p.62).

Também concordamos com José de Souza Martins (1990a), quando diz que o campesinato brasileiro é uma classe social, um produto do desenvolvimento contraditório do capitalismo no país, como já nos referimos.

Ao comentar a produção agrícola familiar do Sul do Brasil, este autor afirma que:

"uma análise centrada unicamente na sujeição do trabalho ao capital ainda está fortemente comprometida com a concepção de que capitalismo no campo é estritamente dominação do trabalho pelo capital" (Ibid, p.174).

Quando o produtor agrícola produz juntamente com os membros de sua família, sem comprar força de trabalho, é dono da terra e dos demais meios de trabalho. e mantém uma relação de dependência ao capital,

"(...) o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital" (Ibid, p.175).

Para José de Souza Martins (1990a), a *sujeição da renda da terra ao capi-*

⁵ Coradini (1982) aborda a articulação entre produtores agrícolas, o cooperativismo empresarial e o movimento geral da sociedade capitalista, a nível nacional e internacional. Segundo este autor, o Estado, a agroindústria e o cooperativismo agrícola empresarial são as *organizações e instituições* que se destacam na viabilização da expansão do capitalismo na agricultura brasileira, sobretudo no Sul do país.

tal é condição para que este sujeito também o trabalho do camponês que se efetiva na terra. Renda e trabalho parecem ser duas “coisas” distintas e separadas para este autor. Cabe a nós perguntar: renda da terra e trabalho são distintos?

Enfim, Silva (1987) parece-nos que resume o que estamos tentando mostrar:

“O pequeno produtor só em parte trabalha para si; consome fração de sua força de trabalho e se apodera de uma pequena parte do que produz. Assim sendo, está trabalhando para outros que não se materializam diante dele para exigir nada, porque estão escondidos na pele dos negociantes da mercadoria, dos vendedores de insumos, dos financiadores de empréstimos; todos eles emissários do capital” (p.53/54).

Os verdadeiros patrões do agricultor familiar não estão na atividade agrícola em-si, mas disfarçados por trás dos banqueiros e dos intermediários comerciantes: os grandes empresários, na maioria transnacionais, aliados ao Estado. Diferente do que se dá numa atividade especificamente capitalista, onde a subordinação e extorção do sobretrabalho acontece claramente.

A agricultura familiar consubstancia uma atividade produtiva não tipicamente capitalista, com especificidades econômicas próprias diria Chayanov, mas articulada e sujeita ao movimento de re-produção do capitalismo como modo produtivo. Porém, além disso, o agricultor familiar não é apenas um trabalhador para o capital, mas concomitantemente, um trabalhador que, antes de mais nada, juntamente com os membros de sua família, busca incessantemente a sobrevivência, tentando satisfazer suas necessidades diárias. É um produtor de riquezas para estranhos, é bem verdade, mas também é um agente social com sonhos e desejos, e com poder de criar, que deve ser incentivado e exercitado.

Aliás, as motivações e os desejos podem ser manipulados e dissolvidos. Para Lefebvre (1991), a estratégia do desejo, na sociedade capitalista, é a necessidade de envelhecimento das necessidades, e que novas necessidades as substituam. É uma estratégia para acelerar a rotação de mercadorias e do capital na vida diária, o que é inerente à ideologia do consumo.

É preciso interpretar seus desejos, sonhos, porque o imaginário social também faz parte do dia-a-dia. Imaginário individual e coletivo. Mas a busca de soluções ultrapassam o limiar do imaginário. Envolve a praxis. Pode-se sonhar, mas não deixar de pensar nos conflitos e nas dominações sociais, porque é preciso apreendê-las, e porque a cotidianidade é consubstanciada por eles.

A sujeição não é para nós apenas uma sujeição da renda da terra ou do trabalho excedente ao capital, mas uma sujeição do trabalhador, de toda sua família, nas diferentes situações e momentos de sua vida cotidiana. A subordinação não envolve apenas a produção em-si, mas também a circulação, a troca, o consumo, as horas de lazer e de descanso, a linguagem, o desejo, etc. É a subordinação disfarçada e a alienação do

trabalho agrícola familiar, que demonstramos em Saquet (1996).

Por fim, destacamos a necessidade da análise do processo de construção e apropriação social do espaço agrário, ligada às mudanças nas forças produtivas e nas relações sociais de produção: É preciso mostrar a relação custo de produção versus ganho líquido por agricultor, na tentativa de caracterizar a alienação do trabalho agrícola.

É necessário identificar os elementos consumidos pelo produtor agrícola familiar para a concretização do ciclo produtivo, bem como, os excedentes e mercadorias produzidas que extrapolam a unidade produtiva; Precisamos atingir as diferentes formas de expansão do capitalismo em direção ao espaço agrário, ou seja, os diferentes mecanismos da articulação que existe entre os agricultores familiares e o Modo de Produção Capitalista. E mais, tem-se que buscar alternativas de desenvolvimento para a agricultura familiar, tentando diminuir o máximo possível a transferência de renda. Ou estas alternativas não existem? E a chamada agricultura alternativa (Ecológica)? E a capacitação para o planejamento e para a gestão da unidade produtiva? E a agregação de valor e a eliminação dos intermediários?⁶

Compreender a reciprocidade e as contradições nas diferentes formas de relações entre o desenvolvimento do capitalismo e os agricultores familiares, ou, entre as classes hegemônicas e as classes subalternas agrárias, parece-nos de vital importância para a apreensão de pelo menos uma fração do real vivido na agricultura familiar. Não basta descrever o fenômeno sensível, é preciso ir além, é necessário interpretar e criar/construir.

"A satisfação e a insatisfação andam lado a lado, se afrontam segundo os lugares e as pessoas. O conflito não aparece sempre nem é dito. Evita-se falar dele e torná-lo manifesto. Mas ele está aí, constante, latente, implícito." (Lefebvre, 1991, p.87).

"Os conflitos e problemas da cotidianidade remetem a soluções conflituvas (...)" (Ibid, p.98).

⁶ Desde Abril de 1996 a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (FACIBEL) desenvolve juntamente com a Associação de Estudos e Orientação Rural (ASSESOAR), o *Projeto Vida na Roça*, que representa uma alternativa em construção, de caráter participativo e interdisciplinar. Para se conhecer este Projeto, pode-se ler:

- a) SAQUET, Marcos. e DUARTE, Valdir. Projeto Vida na Roça - Da concepção ao plano de ação agropecuário. Vol. 1. Francisco Beltrão/PR, FACIBEL/ASSESOAR, 1996;
- b) SAQUET, M.; DUARTE, V.; FRANCISCHETI, M. Projeto Vida na Roça - Da produção Agropecuária ao Plano da Educação Participativa. Vol. 2. Francisco Beltrão/PR, FACIBEL/ASSESOAR, 1997.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ABRAMOVAY, Ricardo. De camponeses à Agricultores: Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas/SP: Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP, 1990;
- Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores/Arlindo Jesus P. de Lima... /et al./ - Ijuí: UNIJUÍ, 1995;
- AMIN, Samir. A Questão Agrária e o Capitalismo/por/ Samir Amin e Kostas Vergopoulos; Trad.:Beatriz Resende. RJ: Paz e Terra, 1986. (Pensamento Crítico, v. 15);
- ARCHETTI, Eduardo. Presentación. IN: CHAYANOV, Alexander. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. p.7-21;
- BRUM, Argemiro J. Modernização da agricultura: trigo e soja. Petrópolis/Ijuí: Vozes/FIDENE, 1988;
- BRUMER, Anita. Transformações e estratégias produtivas na produção familiar na agricultura gaúcha. IN: Produção familiar, processos e conflitos agrários. Cadernos de Sociologia V. 6. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1994. p.89-111;
- CHAYANOV, Alexander. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974;
- Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil/M^a Rita G. LOUREIRO, Organizadora. SP: Cortez: Autores Associados, 1981;
- CORADINI, Odacir L. Produtores, Cooperativismo empresarial e multinacionais: o caso do trigo e da soja. IN: CORADINI, O. e FREDERICQ, A. Agricultura. Cooperativas e Multinacionais. RJ: Zahar Editores, 1982. p.11-89;
- DELGADO, Guilherme. Capital financeiro e agricultura no Brasil. São Paulo: Icone, 1985;
- FERLINI, Vera L. Terra, trabalho e poder - O mundo dos engenhos no Nordeste colonial. SP: brasiliense, 1988;
- GOODMAN, D. et alii. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais. IN: Revista de Economia Política. 20, V (4), 1985. p.31-56;
- JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. IN: Produção familiar, processos e conflitos agrários. Cadernos de Sociologia V. 6. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1994. p.51-75;
- LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. SP: Ática, 1991;
- LEFEBVRE, Henri. Lógica formal. Lógica dialética. RJ: Civilização Brasileira, 1983. (Coleção perspectivas do homem; v. 100);
- LENIN, V. I. Aos pobres do campo. SP: Acadêmica, 1988;
- MARTINS, José de S. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. IN: _____ Os camponeses e a política no Brasil. RJ: Vozes, 1990a. p.151-177;

- MARTINS, José de S. O cativo da terra. SP: Hucitec, 1990;
- MARX, Karl. Introdução. IN: _____ Contribuição à crítica da Economia Política. SP: Martins Fontes, 1983;
- MARX, Karl: Manuscritos: economia y filosofía. Traducción, introducción y notas de francisco R. Llorente. Madrid: Alianza Editorial, 1984;
- MARX, Karl. Capítulo VI Inédito de O CAPITAL - Resultados do Processo de Produção Imediata. SP: Moraes;
- MARX, Karl. O Capital. Livro 1, Volume 1. 14ª Ed. RJ: Bertrand Brasil, 1994;
- MULLER, Charles. A racionalidade, o poder e a formulação de políticas agrícolas no Brasil. IN: Revista de Economia Rural. Brasília, XXI (2), 1983;
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Modo Capitalista de Produção e Agricultura. SP: Ática, 1987. (Série Princípios);
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A agricultura camponesa no Brasil. SP: Contexto, 1991. (Coleção Caminhos da Geografia);
- SANTOS, José Vicente T. dos. Colonos do vinho - Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. SP: Hucitec, 1978;
- SAQUET, Marcos A. et al. Considerações sobre o uso do solo rural de Lauro Müller/SC. IN: Diagnóstico Preliminar da qualidade ambiental do Município de Lauro Müller. REVISTA GEOSUL, nº 16, ano VIII. Florianópolis: UFSC, 1993;
- SAQUET, Marcos A. A construção do espaço em Nova Palma/RS. Nova Palma: Prefeitura Municipal, 1996;
- SHANIN, Theodor. Naturaleza y logica de la economia campesina. Barcelona: Anagrama, 1976;
- SHANIN, Theodor. Chayanov e a questão do campesinato. Porto Alegre: TE 7/PGSR/UFRGS, 1989. (Dat);
- SILVA, Lenyra Rique da. A natureza contraditória do espaço geográfico. SP: Contexto, 1991. (Coleção Caminhos da Geografia);
- SILVA, Lenyra Rique da. A paisagem do fumo em Tubarão. Florianópolis, trabalho apresentado para provimento do cargo de Professor Titular/UFSC, 1992. (Dat);
- SILVA, Lenyra Rique da. O espaço da pequena produção em Maxaranguape (RN). SP: Tese de Doutorado, USP, 1987;
- SORJ, B., POMPERMAYER, M., CORADINI, O. Camponeses e Agroindústria - Transformação social e representação política na avicultura brasileira. RJ: Zahar, 1982. (Coleção agricultura e sociedade);
- SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. RJ: Guanabara, 1986;
- VASQUEZ, Adolfo S. Filosofia da Praxis. RJ: Paz e Terra, 1990.